



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

ESTUDO TÉCNICO DE VIABILIDADE ECONÔMICA

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTADIA EM PÁTIO DE VEÍCULOS; SERVIÇOS DE GUINCHO (REMOÇÃO E TRANSPORTE) DE MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS, QUADRICICLO, AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS, CAMINHONETES, MICRO-ÔNIBUS, ÔNIBUS, REBOQUES, SEMI-REBOQUES E CAMINHÕES, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ENVOLVIDOS EM SINISTROS E INFRAÇÕES PREVISTAS NAS LEGISLAÇÕES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE BOTUCATU.

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico de Viabilidade Econômica tem por finalidade avaliar a viabilidade econômica, financeira e administrativa da municipalização dos serviços de remoção, custódia, guarda, liberação e leilão de veículos apreendidos no Município de Botucatu, nos termos do Convênio DETRAN-SP nº 35/2025.

A gestão dos pátios de apreensão de veículos constitui atividade estratégica para a política de mobilidade urbana e para a efetividade da fiscalização de trânsito, uma vez que está diretamente relacionada à aplicação das medidas administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, à preservação da ordem urbana, à segurança viária e à adequada prestação de serviços ao cidadão.

No Estado de São Paulo, a possibilidade de municipalização desses serviços representa uma mudança relevante no modelo de governança, transferindo aos municípios maior autonomia administrativa, maior responsabilidade operacional e maior controle sobre um serviço historicamente sensível do ponto de vista social, jurídico e financeiro. Tal mudança exige, necessariamente, avaliação técnica criteriosa, capaz de demonstrar não apenas a conformidade legal do modelo, mas também sua sustentabilidade econômica e sua aderência ao interesse público.

Nesse contexto, o presente estudo busca oferecer subsídios técnicos para a tomada de decisão administrativa, avaliando os custos envolvidos, as receitas potencialmente auferidas dentro dos limites legais, os riscos operacionais e as condicionantes impostas pelo convênio celebrado com o DETRAN-SP. O presente estudo foi elaborado com base em premissas conservadoras, dados oficiais, parâmetros definidos no Plano de Trabalho do convênio e tarifas fixadas por ato normativo municipal, de modo a evitar superestimações e garantir prudência fiscal.

Ressalta-se que a viabilidade aqui analisada não se restringe à obtenção de resultado financeiro positivo, mas incorpora a perspectiva mais ampla da administração pública, na qual a eficiência, a economicidade, a transparência, a mitigação de riscos institucionais e a melhoria da governança constituem valores centrais. Assim, mesmo em cenários de margem financeira reduzida, a municipalização pode se mostrar vantajosa quando comparada a modelos alternativos, desde que assegurado o equilíbrio econômico-operacional e o atendimento aos princípios que regem a gestão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E INSTITUCIONAL

A municipalização dos serviços de remoção, custódia e leilão de veículos apreendidos encontra amparo em sólido arcabouço jurídico, que distribui competências entre os entes federativos e autoriza a atuação direta do Município na gestão do trânsito e de seus instrumentos administrativos.

A Constituição Federal, em seu art. 30, incisos I e V, assegura aos municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local e para organizar e prestar serviços públicos de interesse local, inclusive aqueles relacionados à mobilidade urbana e à circulação viária. Essa competência constitucional é reforçada pelo modelo federativo cooperativo adotado no Sistema Nacional de Trânsito.

O Código de Trânsito Brasileiro – Lei Federal nº 9.503/1997 – estabelece, em seu art. 25, a possibilidade de delegação e cooperação entre os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio, com vistas à execução integrada de atividades previstas no sistema. Já o art. 271 do CTB disciplina expressamente a remoção e a custódia de veículos apreendidos, prevendo a cobrança de despesas correspondentes como condição para a liberação do bem, observados os limites legais.

Já a Resolução CONTRAN nº 623/2016 regulamenta os procedimentos para remoção e estada de veículos, fixando diretrizes técnicas e operacionais que devem ser observadas pelos órgãos executivos de trânsito, inclusive quanto à responsabilização pela guarda e integridade dos veículos. Essa norma confere segurança jurídica à atuação municipal, desde que observados os padrões estabelecidos.

No Estado de São Paulo, a Lei Estadual nº 15.266/2013 disciplina a cobrança de despesas de remoção e estadia de veículos, estabelecendo critérios, limites e formas de atualização, vedando a fixação arbitrária de valores e impondo teto às tarifas. Tal limitação reforça a necessidade de estudos técnicos prévios de viabilidade econômica, uma vez que a receita potencial é legalmente condicionada.

O Convênio DETRAN-SP nº 35/2025 materializa a cooperação federativa entre o Estado de São Paulo e o Município de Botucatu, delegando ao ente municipal a execução dos serviços de remoção, custódia, guarda e leilão de veículos apreendidos. O instrumento define responsabilidades, metas operacionais, indicadores de desempenho e deixa expresso que não haverá repasse financeiro estadual, atribuindo ao Município – ou a eventual contratado – a integralidade dos custos operacionais.

Integra o convênio o respectivo Plano de Trabalho, que detalha exigências mínimas de infraestrutura, capacidade, padrões de atendimento e indicadores de desempenho, funcionando como referência técnica obrigatória para a modelagem operacional e econômica do serviço. O atendimento a essas exigências constitui condição essencial para a validade e continuidade da delegação.

No plano municipal, a Lei nº 5.976/2018 organiza o Sistema Municipal de Trânsito, conferindo à administração local competência para gerir, fiscalizar e operacionalizar atividades relacionadas ao trânsito. Complementarmente, o Decreto Municipal nº 13.665/2025 fixa as tarifas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

aplicáveis aos serviços de remoção e estadia, em estrita observância aos limites da legislação estadual, assegurando previsibilidade, transparência e segurança jurídica.

Por fim, a Lei Federal nº 14.133/2021 fornece o regime jurídico aplicável à eventual contratação de terceiros para a execução dos serviços, exigindo planejamento prévio, estudos técnicos, demonstração de vantajosidade e adequada gestão de riscos.

Dessa forma, a municipalização do pátio de apreensão de veículos em Botucatu encontra respaldo jurídico pleno, desde que observados os limites legais, as condicionantes do convênio e os princípios que regem a administração pública, notadamente legalidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

O objeto analisado consiste na execução, no âmbito do Município de Botucatu, dos serviços de:

- remoção de veículos apreendidos por infrações de trânsito;
- custódia, guarda e depósito em pátio municipal;
- liberação de veículos mediante autorização do órgão competente;
- preparação e realização de leilões de veículos não reclamados.

Os serviços abrangem tanto veículos apreendidos por infrações de competência municipal quanto estadual, conforme delegação prevista no Convênio DETRAN-SP nº 35/2025.

4. DIAGNÓSTICO DA DEMANDA

Conforme dados da Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN, o Município de Botucatu possui frota registrada em abril de 2026 de 123.812 veículos, sendo deste total majoritariamente 72.810 automóveis, 25.547 motocicletas e motonetas e o restante demais veículos.

Com base nos critérios técnicos definidos no Plano de Trabalho do Convênio DETRAN-SP nº 35/2025, a capacidade mínima do pátio deve observar os seguintes parâmetros:

- Motocicletas e similares: 118 vagas;
- Automóveis e similares: 590 vagas;
- Veículos pesados: 24 vagas.

Total mínimo exigido: 732 vagas, com área mínima estimada de **6.548 m²**.

A demanda operacional é considerada contínua, com funcionamento ininterrupto para remoções e atendimento ao público em horários regulamentados para liberação. Cumpre salientar que atualmente o Departamento de Engenharia de Tráfego possui 20 Agentes de trânsito que podem executar atividade fiscalizatória visando o recolhimento de veículos em descumprimento com as legislações vigentes e com pendências documentais.

Em consulta junto ao Departamento Estadual de Trânsito, recebemos a informação que a média nos últimos 12 meses no convênio anterior o Município registrou a apreensão média de 98 veículos por mês. Índice que com o trabalho contínuo das forças integradas de segurança em



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

conjunto com a equipe de fiscalização de trânsito do Departamento de Engenharia de Tráfego tendem a aumentar consideravelmente esse volume de veículos apreendidos impactando diretamente no fluxo de caixa da concessão.

5. MODELAGEM OPERACIONAL

A operação do pátio deverá atender integralmente às exigências técnicas estabelecidas pelo DETRAN-SP, incluindo:

- recebimento de veículos: 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive feriados;
- liberação de veículos: de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, e aos sábados, das 8h às 13h;
- tempo médio de atendimento de guincho inferior a 60 minutos;
- taxa mínima de atendimento das solicitações igual ou superior a 95%;
- utilizar o sistema informatizado do DETRAN-SP para gestão de apreensões e liberações de veículos removidos, sendo o SISPL ou outro que o substitua;
- controle rigoroso de entrada e saída de veículos;
- infraestrutura física, ambiental e de segurança compatível com as normas vigentes.

Os indicadores de desempenho e metas operacionais constituem elementos indissociáveis da viabilidade do modelo e previstos no plano de trabalho.

6. ESTRUTURA DE CUSTOS

6.1 Custos Fixos Estimados

- Locação de área;
- Locação de veículos operacionais;
- Vigilância patrimonial 24h;
- Pessoal administrativo e operacional;
- Energia elétrica e água;
- Sistema de telefonia e internet;
- Sistema de monitoramento por câmeras;
- Manutenção predial e limpeza;

6.2 Custos Variáveis Estimados

- Combustível e manutenção de veículos operacionais;
- Mão de obra operacional por demanda;
- Preparação de veículos para leilão;
- Manutenção predial que for necessária;
- Despesas logísticas associadas à remoção e movimentação interna;
- Licenças, laudos técnicos, AVCB e conformidade ambiental; conforme previsão legal.

7. ESTIMATIVA DE RECEITAS

Para estimativa da receita mensal foram adotadas premissas conservadoras, compatíveis com municípios de porte semelhante e com a frota registrada de 123.812 veículos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

7.1 Premissas Utilizadas

- Estimativa mensal de veículos removidos: **200 veículos/mês;**
- Estimativa de tempo médio de permanência no pátio: **5 dias;**
- Percentual de veículos com cobrança efetiva de estadia: **80%;**
- Tarifa de estadia: **1,10 UFESP/dia (R\$ 40,72);**
- Tarifa de remoção (guincho): **R\$ 213,33 por veículo;**
- Outorga mínima municipal: **10% da receita bruta mensal.**

7.2 Cálculo da Receita Bruta Mensal

a) Receita com remoções (guincho)

$$200 \text{ veículos} \times \text{R\$ } 213,33 = \text{R\$ } 42.666,00$$

b) Receita com estadia

$$200 \text{ veículos} \times 05 \text{ dias} \times \text{R\$ } 40,72 \times 80\% = \text{R\$ } 32.576,00$$

Receita bruta mensal estimada:

$$\text{R\$ } 42.666,00 + \text{R\$ } 32.576,00 = \text{R\$ } 75.242,00$$

7.3 Desconto da Outorga Municipal

Mínimo de 10% sobre a receita bruta:

$$\text{R\$ } 75.242,00 \times 10\% = \text{R\$ } 7.524,20$$

7.4 Receita Líquida Operacional Estimada

$$\text{R\$ } 75.242,00 - \text{R\$ } 7.524,20 = \text{R\$ } 67.717,80/\text{mês}$$

7.5 Estimativa receita da concessão

$$\text{R\$ } 75.242,00 \times 60 \text{ meses} = \text{R\$ } 4.514.520,00.$$

8. Estimativa Despesas

8.1 Custos Fixos Estimados

- Locação de área: R\$ 12.000,00
- Locação de veículos operacionais: R\$ 10.000,00
- Vigilância patrimonial 24h: R\$ 1.000,00
- Pessoal administrativo e operacional: R\$ 10.000,00
- Energia elétrica e água: R\$ 600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

- Sistema de telefonia e internet: R\$ 150,00
- Manutenção predial e limpeza: R\$ 200,00

8.2 Custos Variáveis Estimados

- Combustível e manutenção de veículos operacionais: R\$ 5.000,00

Total de estimativa de custos: R\$ 38.950,00

Estimativa de lucro operacional: Receita Líquida Operacional Estimada – custo estimado.

Estimativa de lucro operacional: R\$ 67.717,80 - R\$ 38.950,00 = **R\$ 28.767,80**

Ressalta-se que os valores acima não incluem receitas extraordinárias oriundas de leilões, as quais devem ser tratadas como eventuais e não recorrentes, para fins de prudência fiscal e financeira. E os valores estimados de custos podem ter vantajosidade considerando a escala operacional da empresa vencedora do certame, bem como existência de área própria e ou frota de veículos operacionais.

Cumprе salientar que o presente convênio e concessão não há repasse financeiro do Estado de São Paulo, bem como da Prefeitura Municipal de Botucatu, sendo vedada qualquer expectativa de complementação orçamentária estadual e ou municipal, sendo a operação a única fonte de receita.

8. ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA

A análise econômico-financeira indica que o modelo apresenta viabilidade condicionada à adequada gestão operacional e ao controle rigoroso de custos, bem como dos insumos aplicados para a operação.

Embora as tarifas estejam limitadas por teto legal, o equilíbrio econômico pode ser alcançado mediante:

- eficiência operacional;
- adequada taxa de ocupação do pátio;
- controle de inadimplência;
- planejamento periódico de leilões.

Mesmo em cenários conservadores, eventual margem reduzida não descaracteriza a viabilidade do modelo, considerando-se o relevante interesse público envolvido, a melhoria da governança e a mitigação de riscos jurídicos e administrativos, bem como considerando o crescimento na frota de veículos em circulação no município e a adoção de medidas de políticas públicas de controle rigoroso e fiscalização de trânsito, mediante convênio com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, bem como através de equipe própria de Agentes de Trânsito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900

Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15

www.botucatu.sp.gov.br

9. CONCLUSÃO

À luz das análises realizadas, conclui-se que a municipalização do pátio de apreensão de veículos no Município de Botucatu é tecnicamente viável, juridicamente adequada e economicamente sustentável, desde que observadas as condições operacionais e financeiras estabelecidas neste estudo e no presente edital de concorrência pública.

Botucatu, 01 de junho de 2026.

Rodrigo Luiz Gomes Fumis

Secretário Adjunto de Assuntos de Transporte Coletivo e Trânsito